

A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 4

Adaylson Wagner S. de Vasconcelos
(Organizador)



A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 4

Adaylson Wagner S. de Vasconcelos
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A (não)efetividade das ciências jurídicas no Brasil 4

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N194 A (não)efetividade das ciências jurídicas no Brasil 4 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-221-7
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.217210507>

1. Direito. 2. Ciências jurídicas. I. Vasconcelos,
Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **A (NÃO) EFETIVIDADE DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS NO BRASIL 4**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito penal, criminologia e reflexos sociais; estudos em direito civil e mediação; e ensino do direito e extensão universitária.

Estudos em direito penal, criminologia e reflexos sociais traz análises sobre sistema de segurança pública, criminalidade, responsabilidade civil do estado, seletividade racial, poder investigatório, justiça restaurativa, violência, idosos, crianças e adolescentes, estupro de vulnerável.

Em estudos em direito civil e mediação são verificadas contribuições que versam sobre codificação do direito civil, direito à procriação, sucessão, união estável e mediação.

No terceiro momento, ensino do direito e extensão universitária, temos leituras sobre escrita acadêmica, ideologia, núcleo de prática e experiência extensionista.







Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.


Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CRIMINALIDADE	
Rodrigo Arruda de Andrade Maria Regina Mesquita	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105071	
CAPÍTULO 2	25
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: APLICABILIDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E ATUAL ENTENDIMENTO DAS CORTES SUPERIORES	
Audrey Ayumi Fugikawa Incott	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105072	
CAPÍTULO 3	42
SELETIVIDADE RACIAL E CRIMINOLOGIA CRÍTICA NO SISTEMA CARCERÁRIO	
Beatriz da Silva Pimenta Isael José Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105073	
CAPÍTULO 4	54
O PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO INQUÉRITO POLICIAL	
Mirella Cristina Pitaro Gomes Ademir Gasques Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105074	
CAPÍTULO 5	64
APAC: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS	
Juliane Eich Juliana Schwindt da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105075	
CAPÍTULO 6	78
JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO OLHAR PARA A VÍTIMA	
Bruna Lima Levon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105076	
CAPÍTULO 7	92
POSSIBILIDADES RESTAURATIVAS PERANTE CASOS DE VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA IDOSOS	
Kátia Daltro Costa Knoblauch Fernanda Daltro Costa Knoblauch	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105077	

CAPÍTULO 8	107
VÍTIMAS E PSICOPATAS	
Fernando Almeida	
Diana Moreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105078	
CAPÍTULO 9	118
O DISTANCIAMENTO SOCIAL COMO FATOR DE RISCO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	
Mariana Roberta da Silva	
Eduarda Farias de Melo	
Júlia Regina Peixoto da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.2172105079	
CAPÍTULO 10	128
ESTUPRO DE VULNERÁVEL: O PESO DA PALAVRA DA VÍTIMA, CARACTERÍSTICAS DO CRIME E A ÂNSIA PELA CRIMINALIZAÇÃO E CONDENAÇÃO DO AUTOR PELO MEIO POPULAR E JORNALÍSTICO	
Wallace Bruce Pires Costa	
Igor Rodrigues Guaracy	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050710	
CAPÍTULO 11	140
A TENTAÇÃO DE EVA E A CAIXA DE PANDORA: UMA ANÁLISE ARQUETÍPICA DO CASO NEYMAR VS. NAJILA SEGUNDO AS PRIMEIRAS MULHERES DAS MITOLOGIAS GREGA E JUDAICO-CRISTÃ	
Sabrina Lasevitch Menezes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050711	
CAPÍTULO 12	157
JOSÉ DE ALENCAR E A “MORALIDADE DOS COSTUMES”: ESBOÇO ACERCA DO ROMANTISMO NA TEORIA DO DIREITO DO SÉCULO XIX DESDE A PERSPECTIVA DO INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO	
Vanessa Santos do Canto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050712	
CAPÍTULO 13	167
DIREITO À PROcriação E OS OBSTÁCULOS SÓCIO-JURÍDICOS ADVINDOS PELA GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO	
Breno Cesar de Souza Mello	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050713	
CAPÍTULO 14	181
O REGIME SUCESSÓRIO NA UNIÃO ESTÁVEL	
Rayssa Magri Lemes Gonçalves	
Eduardo Cury	


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050714>

CAPÍTULO 15..... 191

A MEDIAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL: ANÁLISE CRÍTICA DA CRIAÇÃO DAS
CÂMARAS DE MEDIAÇÃO NO BRASIL E DA REMUNERAÇÃO DOS MEDIADORES

Guilherme Martins Barbatto Piva

Hugo Crivilim Agudo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050715>

CAPÍTULO 16..... 204

LA ESCRITURA ACADÉMICA EN EL POSGRADO Y EL PAPEL DEL DIRECTOR DE LA
TESIS. RETOS Y DESAFÍOS

Arbeláez Gómez Martha Cecilia

Henao García Luz Stella


Guerra Narváez Daniel Mauricio

Salazar Marín Tatiana

Gutiérrez Valencia Karolaim

Garzón Osorio Martha Lucía

Machado Mena Karen Hasleidy

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050716>

CAPÍTULO 17..... 219

IDEOLOGIA E NEUTRALIDADE CIENTÍFICA: ENTRE O JURÍDICO E O POLÍTICO

José Valente Neto

Jânio Pereira da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050717>


CAPÍTULO 18..... 233

O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNIARP COMO FOMENTADOR DA
SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Jociane Oufella Machiavelli

Levi Hülse

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050718>

CAPÍTULO 19..... 244

“A ONDA” NAS ESCOLAS: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA
FUNDAMENTADA NA INTERSECÇÃO ENTRE O DIREITO CONSTITUCIONAL E O
CINEMA

Victoria Schneider Rocha

Natália Vitória de Araujo Queiroz

Angelita Woltmann

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.21721050719>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 251

ÍNDICE REMISSIVO..... 252

CAPÍTULO 5

APAC: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 25/03/2021

Juliane Eich

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Câmpus Santo Ângelo – Rio Grande do Sul

Juliana Schwindt da Costa

URI- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo – Rio Grande do Sul

RESUMO: Um dos maiores problemas do Brasil é o atual sistema carcerário, sendo o terceiro país no ranking mundial quanto à população carcerária (Ministério Público/2017). Como o presídio não cumpre sua função social, que seria de punir e ressocializar o condenado, acaba se tornando um ambiente onde gera mais criminosos. Sabendo desse problema do nosso país, o Dr. Mario Ottoboni resolveu criar um presídio com um método que realmente cumprisse a função social de ressocializar o condenado. Assim surgiu a APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, um ambiente em que o condenado cumpre sua pena, porém com o intuito que ele não volte ao mundo do crime, devido a oportunidade de estudar, trabalhar e cultivar o seu lado espiritual. O atual sistema carcerário do Brasil está em falência gerencial. As penitenciárias são ultrapassadas, visto que os presos se amontoam em celas sujas, anti-higiênicas e superlotadas. O Brasil é

o terceiro país do mundo com o maior número de pessoas aprisionadas (Ministério Público,2017), e esse número só aumenta desde 1990. A taxa de ocupação das penitenciárias no Brasil é de 197,4%, sendo quase o dobro de presos para a quantidade de vagas existentes. (Infopen.2016). Isso se dá porque a reincidência ao crime no Brasil é muito alta, e os dados disponíveis são variáveis, não havendo um dado oficial confiável. A APAC tem o intuito de diminuir esses índices, ressocializar o recuperando e fazer com que ele tenha outras alternativas ao cumprir sua pena, a não ser o crime.

PALAVRAS-CHAVE: APAC. Função Social. Ressocialização.

APAC: ASSOCIATION OF PROTECTION AND ASSISTANCE TO DAMAGES

ABSTRACT: One of the biggest problems in Brazil is the current prison system, being the third country in the world ranking regarding the prison population (Ministério Público / 2017). As the prison does not fulfill its social function, which would be to punish and re-socialize the convict, it ends up becoming an environment where it generates more criminals. Knowing about this problem in our country, Dr. Mario Ottoboni decided to create a prison with a method that really fulfilled the social function of resocializing the condemned. This is how APAC, the Association for the Protection and Assistance of Convicts, arose, an environment in which the convict serves his sentence, but with the intention that he does not return to the world of crime, due to the opportunity to study, work and cultivate his spiritual side. Brazil's current prison system is in

managerial bankruptcy. Penitentiaries are outdated, since prisoners huddle in dirty, unhygienic and overcrowded cells. Brazil is the third country in the world with the highest number of people imprisoned (Ministério Público, 2017), and this number has only increased since 1990. The occupancy rate of penitentiaries in Brazil is 197.4%, almost double that of arrested for the number of vacancies available. (Infopen.2016). This is because the recurrence of crime in Brazil is very high, and the data available is variable, with no reliable official data. APAC aims to reduce these rates, resocialize the recovering and make sure that he has other alternatives when serving his sentence, other than crime.

KEYWORDS: APAC. Social role. Resocialization.

1 | INTRODUÇÃO

Um dos maiores problemas do Brasil é o atual sistema carcerário, sendo o terceiro país no ranking mundial quanto à população carcerária (Ministério Público/2017). Como o presídio não cumpre sua função social, que seria de punir e ressocializar o condenado, acaba se tornando um ambiente onde gera mais criminosos.

Sabendo desse problema do nosso país, o Dr. Mario Ottoboni resolveu criar um presídio com um método que realmente cumprisse a função social de ressocializar o condenado. Assim surgiu a APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, um ambiente em que o condenado cumpre sua pena, porém com o intuito que ele não volte ao mundo do crime, devido a oportunidade de estudar, trabalhar e cultivar o seu lado espiritual.

O atual sistema carcerário do Brasil está em falência gerencial. As penitenciárias são ultrapassadas, visto que os presos se amontoam em celas sujas, anti-higiênicas e superlotadas.

O Brasil é o terceiro país do mundo com o maior número de pessoas aprisionadas (Ministério Público,2017), e esse número só aumenta desde 1990. A taxa de ocupação das penitenciárias no Brasil é de 197,4%, sendo quase o dobro de presos para a quantidade de vagas existentes. (Infopen.2016)

Isso se dá porque a reincidência ao crime no Brasil é muito alta, e os dados disponíveis são variáveis, não havendo um dado oficial confiável.

A APAC tem o intuito de diminuir esses índices, ressocializar o recuperando e fazer com que ele tenha outras alternativas ao cumprir sua pena, a não ser o crime.

O custo de cada preso para o Estado, em um presídio convencional corresponde em torno de quatro salários mínimos (R\$ 4.000,00 por mês) enquanto na APAC, um salário e meio (R\$ 1.500,00). O índice nacional de pessoas que voltam a praticar crimes é, no mínimo, cinco vezes menor na APAC que no atual sistema carcerário do país. (FBAC,2018).

2 | HISTÓRICO

Para compreender a evolução histórica das prisões, deve ser analisado a evolução

temporal em relação às aplicações das penas.

Num primeiro momento da história as penas eram aplicadas de maneira arbitrária, isto é, cada pessoa aplicava a pena que bem entendesse a aqueles que ofendesse sua propriedade, honra etc.; esse método é o chamado: “olho por olho, dente por dente”, método que embasou a criação da lei de Talião, que prescrevia castigos através da punição severa e desproporcional, após, teve surgimento o *Código de Hamurabi* (em torno de 1700 a.C). Ocorre que a partir desse período surgiu a ideia de punição penal, apesar das penas da época serem inconcebíveis em nossa sociedade contemporânea, na ocasião eram penas consideradas válidas e legais.

Posteriormente a pena imposta com caráter arbitrário pelo indivíduo baseado na lei de Talião, foi modificando-se, passando à esfera pública a competência para aplicação das sanções, que cada vez estavam mais violentas, tais como: amputação, guilhotina etc. Porém, esta situação nunca gerou aceitação entre os homens, como destaca Foucault, 1987, p. 58:

[...] assim, não havia aceitação pública, pelo caráter de espetáculo da execução das penas, sendo que as pessoas eram estimuladas e compelidas a seguir o cortejo até o local do sacrifício, e o preso era obrigado a proclamar sua culpa, atestar seu crime e a justiça de sua condenação.

A igreja por ter muita influência devido ao apoio dos Reis, passou a infligir castigos com caráter espiritual, acreditando assim que tais castigos purificariam a alma do transgressor. Com o avanço dos anos foi instituído os famosos Tribunais de Inquisição, que funcionavam de forma totalmente arbitrária, isto é: acusavam, julgavam e aplicavam a pena, sem contraditório e direito de defesa. Os tribunais de inquisição aplicavam castigos para que o indivíduo que tivesse transgredido uma lei, admitisse sua culpa, enquanto não houvesse admissão os castigos aumentariam de gravidade, chegando até mesmo à queima dos mesmos em fogueiras. Os indivíduos que eram mais atingidos pelos Tribunais de Inquisição eram as mulheres, que muitas vezes eram consideradas bruxas.

Os absurdos e as penas impostas só começaram a ser derrubadas com o movimento Humanitário, movimento esse que teve como um dos precursores Cesare Beccaria (Sec. XVIII). Os ideais defendidos por Cesare deram base ao direito penal moderno e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789).

Afirma-se que na Europa, em virtude das guerras e o aumento da urbanidade, aumentou, também, a criminalidade, em razão do aumento da pobreza e conseqüentemente da violência. Assim, chegou-se à conclusão de que a pena de morte seria insuficiente e inadequada, sendo assim, passou-se à pena de reclusão, considerada como a principal modalidade punitiva, embora sua execução permanecesse primária e desumana.

Os presídios se tornaram depósitos humanos, onde a superlotação e sua insalubridade acarreta violência sexual entre presos, faz com que doenças graves se proliferem, as drogas cada vez mais são usadas dentro dos presídios, sendo um ambiente

propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças.

É inegável que o alto número de condenados, às vezes maior que o dobro da capacidade do presídio, se traduz como o pior problema existente no sistema penitenciário – em especial o brasileiro –, eis que acarreta ainda outros problemas a ele intimamente ligados, tais como a falta de higiene, a alimentação precária e a violência física e sexual. Todos esses problemas, além da frágil estrutura física dos espaços carcerários e da disseminação das drogas e dos aparelhos celulares, são realidades facilmente perceptíveis nos presídios das grandes cidades brasileiras, sem mencionar a caótica situação das Delegacias de Polícia. A difusão da tuberculose e do vírus da Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida (AIDS) também é constante nas penitenciárias, não havendo sérios trabalhos de controle ou prevenção de tais doenças entre os presos. As condições de vida e de higiene costumam ser extremamente precárias, com alimentação e fornecimento de água para o consumo de péssima qualidade, falta de espaço, ar e de luz, além de sujeiras nas celas (MACHADO, 2013, p. 7)

As garantias legais previstas durante a execução da pena, assim como os direitos humanos do preso estão previstos em diversos estatutos legais. Em nível mundial existem várias convenções como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e a Resolução da ONU que prevê as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso.

A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões num ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças. Todos esses fatores estruturais aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão, fazem com que um preso que adentrou lá numa condição sadia, de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas (DIAS, 2016).

O artigo 5º, XLIX, da Constituição Federal, prevê que “*é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral*”, mas o Estado não garante a execução da lei. Seja por descaso do governo, pelo descaso da sociedade que muitas vezes se sente ela própria aprisionada pelo medo e insegurança.

São necessárias mudanças imediatas e profundas no sistema penitenciário, pois estes locais foram transformados em usinas de revolta humana, onde por meio do uso de celulares as ordens para os crimes continuam sendo realizadas pelos seus chefes, que muitas vezes estão presos, mas permanecem comandando o crime organizado. Em virtude disso, existe a necessidade de modernizar a arquitetura penitenciária, fazer com que os presos queiram sair do mundo do crime, tratando-os de forma humana e respeitosa, pois a sociedade somente se sentirá protegida quando o preso for recuperado.

D. Glasser (1964) constatou que 90% dos condenados reincidentes que ele pesquisou, procuram emprego nos primeiros meses após a saída da prisão. Depois de não encontrarem é que voltaram a praticar novos delitos. Para isso deve se oferecer aos condenados um suporte de estudo e cursos profissionalizantes, para que consigam

emprego ao cumprir sua pena.

Dentro da prisão, várias outras garantias que são desrespeitadas, o preso sofre principalmente com a prática de torturas e de agressões físicas que partem tanto dos outros presos como dos próprios agentes da administração prisional.

Muitas vezes, o despreparo e a desqualificação dos agentes fazem com que eles consigam conter os motins e rebeliões carcerárias somente por meio da violência, cometendo vários abusos e impondo aos presos uma espécie de disciplina carcerária que não está prevista em lei, sendo que na maioria das vezes esses agentes acabam não sendo responsabilizados por seus atos e permanecem impunes. A existência de agentes penitenciários armados só reforça a ideia de que os presos são tratados de forma desumana e desrespeitosa, deve-se trata-los como pessoas que estão se recuperando, sem porte de armas e uso de violência.

De acordo com o jurista Nelson Nery Junior (2016), presos e direitos humanos, tanto quanto possível, incumbe ao Estado adotar medidas preparatórias ao retorno do condenado ao convívio social. Os valores humanos fulminam os enfoques segregacionistas. A ordem jurídica em vigor consagra o direito do preso ser transferido para local em que possua raízes, visando a indispensável assistência pelos familiares.

O ordenamento jurídico brasileiro afasta o preso da sociedade com a intenção de ressocializá-lo, mas o que encontramos é uma situação diferente, como afirma Mirabete, 2002. A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão, pois a penitenciária convencional é uma fábrica de mais criminosos. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). Sozinha a pena não consegue reintegrar o indivíduo apenado, se faz pertinente à junção de outros meios como a participação da própria família para que se consigam caminhar para resultados mais favoráveis a essa reintegração do preso à sociedade.

Entre os próprios presos a prática de atos violentos e a impunidade ocorrem de forma ainda mais exacerbada. A ocorrência de homicídios, abusos sexuais, espancamentos e extorsões são uma prática comum por parte dos presos que já estão mais criminalizados dentro do ambiente da prisão e que, em razão disso, exercem um domínio sobre os demais presos, que acabam subordinados a essa hierarquia paralela. Contribui para esse quadro o fato de não serem separados os marginais mais perigosos e sentenciados a longas penas dos condenados primários.

Conforme dados relatados pela Infopen em junho de 2016 (figura 01), a população prisional brasileira em relação ao número de vagas existentes possui uma taxa de ocupação de 197,4% em todo o país.

Brasil - Junho de 2016	
População prisional	726.712
Sistema Penitenciário	689.510
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	36.765
Sistema Penitenciário Federal	437
Vagas	368.049
Déficit de vagas	358.663
Taxa de ocupação	197,4%
Taxa de aprisionamento	352,6

Figura 01: Resumo do sistema penitenciário atual, 2016.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, junho/2016.

No Rio Grande do Sul, a população prisional é de 33.868, para 21.642 vagas, uma taxa de ocupação de 158%. Está atrás apenas de 6 estados do Brasil (fonte: Infopen, junho de 2016). A ascendência de presos, tem uma taxa de 707%, desde a década de 90, como mostra o gráfico da figura 02:



Figura 02: Número de presos desde 1990 até 2016.

Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen.

Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou em 157% no Brasil. Em 2000 existiam 137 pessoas presas para cada grupo de 100 mil habitantes. Em junho de 2016, eram 352,6 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, conforme gráfico:

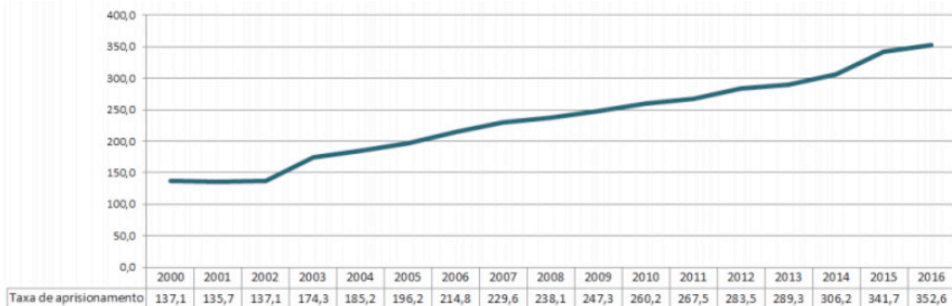


Figura 03: Quantidade de presos para 100 mil hab. De 2000 até 2016.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, dezembro de cada ano; DATASUS.

3 | APAC

Em 1972, realizou-se uma pesquisa na Faculdade do Vale do Paraíba, com liderança do Dr. Mario Ottoboni, advogado, para verificar a situação dos presos e dos presídios no Brasil. A pesquisa cresceu e começaram a desenvolver o trabalho com cem presos da antiga Cadeia de Humaitá (Rio de Janeiro), lá haviam celas de dezesseis metros quadrados e haviam muitos presos dormindo no chão.

Observando isso, o Dr. Mario Ottoboni, convidou um grupo de amigos, voluntários cristãos, para começar a visitar os presos no presídio de Humaitá. Sensibilizado com o modo que o presídio convencional atuava, o Dr. Mario criou a primeira APAC em 1972 (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), na cidade de São José dos Campos em São Paulo. A APAC ganhou personalidade jurídica em 15 de junho de 1974.



Figura 04: Dr. Mario Ottoboni criador da APAC.

Fonte: FBAC, 2019.

O ambiente da prisão mudou muito ao longo da história, com foco na segurança, mas o que se deve repensar primeiro é na maneira de executar a pena. O cumprimento da pena na prisão passa a ter sentido humano na proposta que a APAC traz, uma justiça restaurativa.

Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo a recuperação do preso, afim de inseri-lo de volta a sociedade.

O objetivo da APAC é promover a humanização das prisões, sem perder a finalidade punitiva da pena, seu propósito é evitar a reincidência ao crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar, como escolarização e cursos profissionalizantes. (Fonte: FBAC)

No Método APAC é trabalhado principalmente a valorização humana, a religião e o acompanhamento da família do recuperando (modo como são chamados os presos pelo método), oferecendo condições de recuperação.

Os próprios recuperandos são corresponsáveis por sua reabilitação, voluntários são fundamentais pois oferecem assistência espiritual, psicologia, médica, educacional e jurídica. A segurança e a disciplina rígida são feitas pelos próprios recuperandos, sem o uso de policiais ou agentes penitenciários, apenas com ajuda de alguns funcionários (contratados através de concurso) e voluntários.

Na APAC a rotina é severa, se inicia as seis horas da manhã e termina as dez horas da noite. Essa rotina é dividida em orações, aulas, palestras, cursos e muito trabalho. Existe um conselho formado pelos próprios recuperandos que auxiliam para a ordem, o respeito e o segmento das normas e regras impostas pelo método APAC.

O método APAC está fundamentado em 12 elementos importantes, que são:

- Participação da Comunidade:

A APAC só consegue existir se a comunidade é presente. É preciso buscar espaço em igrejas, escolas, universidades, empresas, jornais, emissoras... para espalhar o sobre o método, rompendo barreiras e preconceitos.

Assim o recuperando terá todo o auxílio que precisa para conseguir se reinserir na sociedade.

- O recuperando ajudando recuperando:

Deve-se desenvolver o sentimento de ajuda e colaboração entre os recuperandos, fazê-los ver que um precisa ajudar o outro, pois todos estão lá com o mesmo propósito. Esse sentimento ajuda o recuperando a resgatar sua tranquilidade.

Dentro da APAC existe também o CSS (Conselho de sinceridade e solidariedade) que é um conselho composto apenas por recuperandos, que possui esse mesmo intuito, ajudar todos.

- O Trabalho:

O trabalho é fundamental para a recuperação, ele traz dignidade para os recuperandos, que mesmo cumprindo suas penas conseguem ajudar seus familiares com um dinheiro ganho pelo próprio trabalho.

E também adquirem experiência para trabalharem quando obtiverem a liberdade.

- Espiritualidade e a importância de se fazer a experiência com Deus:

A religião é essencial para o recuperando ter a experiência de amar e ser amado, ter algo para acreditar e que lhe de força e suporte para sua recuperação. A espiritualidade junto com a valorização humana são a base para o método ser eficaz.

- Assistência Jurídica:

É preciso que o recuperando possa acompanhar o andamento dos seus processos, pedidos, conferir o tempo que lhe resta de pena para cumprir, é seu direito.

- Assistência à saúde:

O cuidado da saúde dos recuperandos é primordial para o bem-estar deles e o bom convívio na APAC. Impossível impor regras e rotinas em um ambiente onde sentem dor e precisam de um atendimento médico.

- Valorização Humana:

A valorização humana é a base do método APAC, todo o trabalho é voltado para reformular a autoimagem de homem que errou.

A APAC trabalha isso chamando todos os recuperandos pelo seu nome, conhece as histórias de cada um e se interessa pela vida de cada um e seu futuro. Todos têm direito a atendimento médico, estudam, trabalham, comem de garfo e faca, cozinham. Se sentem humanos novamente.

É realizado também um trabalho psicológico para trazer ao recuperando razões para se valorizar, voltar a ter uma vida normal e ser feliz.

- A família:

A família que o sistema convencional afasta, a APAC fortalece, é trabalhado para que a pena atinja apenas o recuperando, evitando que atinja também sua família. É zelado que se mantenha o contato do recuperando com sua família. Quando a família se preocupa e é presente na vida do recuperando, colabora para que não haja conflitos e rebeliões, e também dá esperança ao recuperando.

- O voluntário e o curso para sua formação:

O trabalho dos voluntários é baseado no serviço ao próximo sem esperar nada em troca, para esta tarefa é importante estar preparado, espiritualmente e psicologicamente para poder dar suporte aos recuperandos.

A APAC proporciona um curso para voluntários para que se conheça a metodologia e desenvolver habilidades para a realização deste trabalho e ajudar significamente os

recuperandos.

- CRS – Centro de reintegração social

O centro de reintegração social permite que o recuperando cumpra sua pena perto de sua família e amigos, favorecendo assim a reintegração social e respeitando os direitos do condenado.

- Mérito:

O mérito é a chave para o bom convívio entre eles e com a administração. O recuperando tem aquilo que ele merece, se cumpre todas as regras, ajuda sempre que precisa, e tem um bom comportamento, ele terá todas as regalias que o método oferece, como as ligações, visitas íntimas, os horários livres. Mas caso seja descumprida alguma regra, alguma regalia deixa de ser dada.

A APAC trabalha também com um quadro de avaliação disciplinar (figura 05), que premia o recuperando modelo do mês, a cela mais organizada, o amigo, o melhor voluntário. E também pontua negativamente quando um recuperando descumpre alguma regra, e isso fica exposto o mês inteiro no quadro.

CELAS	
CELAS	CELAS
1 Wilson	1 [nome]
2 Reginildo	2 Emerson
3 Claudinei	3 [nome]
4 Galson	4 [nome]
5 Wilson	5 [nome]

PREMIAÇÃO E VALORIZAÇÃO HUMANA

TOTAL: 8

PONTUAÇÃO: 01 PONTO NEGATIVO, 02 PONTO NEGATIVO, 03 PONTO NEGATIVO

RECUPERANDO MODELO DO MÊS DE: 07 / 2018 PONTOS

CELAS MAIS ORGANIZADA Nº: 03 CELAS MENOS ORGANIZADA

AMIGO DO MÊS: 038 VOLUNTÁRIO DO MÊS: 2201

COMPOSIÇÃO DO MÊS: []

DISCIPLINA DO ÚLTIMO PERÍODO: [] DIAS HOJE COMPLETA-SE: [] DIAS SEM EVASÃO: []

Figura 05: Exemplo do quadro de avaliação disciplinar da APAC de Barracão/PR.

Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

- A jornada de libertação com Cristo:

É um retiro de três dias, com muita reflexão e interiorização que os recuperandos realizam para que consigam se conectar com Deus e entender o propósito da vida, ter uma nova filosofia de vida. Ela acontece uma vez ao ano.

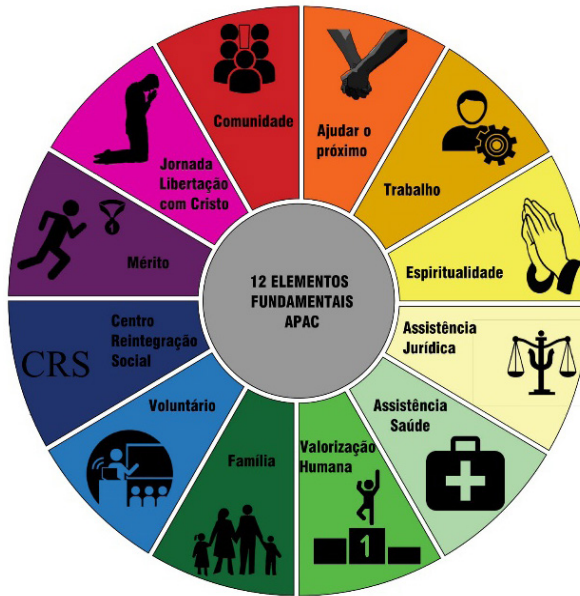


Figura 06: Resumo dos 12 elementos base da APAC.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

As APAC's são projetadas para no máximo 200 recuperandos, pois o cumprimento da pena é individualizado.

A FBAC (fraternidade brasileira de assistência aos condenados) relatou que uma APAC é mais vantajosa para o Estado pois custa um terço do valor de um presídio convencional. Os resultados positivos tais como baixos índices de reincidência, baixo custo, ausência de violência e rebeliões, poucas fugas, têm contribuído para que a metodologia APAC seja conhecida e aplicada.

APACs em processo de implantação	74
APACs em funcionamento (administrando CRS sem policia)	51
TOTAL DE APACs	125

Figura 07: Informações sobre as APAC's no Brasil.

Fonte: FBAC, 2019.

APACs femininas	8
APACs masculinas	43
Total de APACs em funcionamento	51

Figura 08: Informações quanto ao gênero das APAC's em funcionamento.

Fonte: FBAC, 2019.

	Feminina	Masculina	Total
Regime fechado	169	2.061	2.230
Regime semiaberto intra muros	51	954	1.005
Regime semiaberto extra muros	22	486	486
Regime aberto	18	173	191
TOTAL DE RECUPERANDOS	260	3.652	3.912

Figura 09: Número de recuperandos cumprindo pena nas APAC's.

Fonte: FBAC, 2019.

Janeiro	R\$ 1.225,12	Fevereiro	R\$ 925,23
Março	R\$ 959,25	Abril	R\$ 1.212,58
Maiο	R\$ 1.281,74	Junho	R\$ 0,00
Julho	R\$ 0,00	Agosto	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 0,00	Outubro	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 0,00	Dezembro	R\$ 0,00
Média dos meses	1.120,78		

Figura 10: Média per capita das APAC's mensalmente (2019).

Fonte: FBAC, 2019.

Ensino fundamental	969
Ensino Médio	672
Ensino Superior	108
Cursos Profissionalizantes	73
TOTAL DE RECUPERANDOS ESTUDANDO	1.822

Figura 11: Educação e profissionalização.

Fonte: FBAC, 2019.

Laborterapia	2.007
Oficinas e Unidades Produtivas	905
Trabalho para a APAC	324
Trabalho externo	677
TOTAL DE RECUPERANDOS ESTUDANDO	3.912

Figura 12: Trabalho nas APAC's.

Fonte: FBAC, 2019.

Internacional	70%
Nacional	80%
APACs	15%

Figura 13: Média de reincidência.

Fonte: FBAC, 2019.

O número total de recuperandos que já passaram pelas APAC's desde 1972 é de 47.621.

O Poder Judiciários determina, mediante critérios preestabelecidos pelo Juiz da comarca, quais condenados podem cumprir sua pena em um presídio com o método APAC, não existe exceção por tipo de crime cometido pelo condenado, como dizia Manuel Montesinos y Molina *“Aqui entra o homem, o delito fica lá fora.”*

São 4 os requisitos básicos para a transferência do condenado para uma APAC, definidos pela FBAC:

- 1.O preso deve ter situação definida, ele já deve estar condenado pela justiça.
- 2.A família do recuperando deve morar há pelo menos um ano na região do estado onde estiver localizado a APAC.
- 3.O condenado necessita manifestar por escrito o seu desejo de cumprir a pena na APAC, ao mesmo tempo que afirma concordar com as normas da entidade.
- 4.Os condenados há mais tempo, devem ter preferência quando o surgimento de vaga.

Como prega o Dr. Mario Ottoboni, *“Não existe condenados irrecuperáveis, mas, tão somente, os que não recebem tratamento adequado.”*

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. in. MAIA, C. [et al.] **História das Prisões no Brasil**, v.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ATOS NORMATIVOS. Disponível em: https://www.dropbox.com/sh/7epj02ditiabua/AACaJTADY2v6_sAPK2kHUUdea/Jur%C3%ADdico?dl=0&preview=Atos+Normativos.pdf&subfolder_nav_tracking=1. Acesso em : 09 maio 2019.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

DIAS, Cláudio Cassimiro. **Realidade do Brasil**. Disponível em: www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro . Acesso em: 07 mar. 2019.

FBAC. Disponível em: <http://www.fbac.org.br/>. Acesso em: 15 abr 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

HERKENHOFF, João Batista. **Crime tratamento sem prisão** – 3. Ed., rev. A,pl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

INFOPEN: Levantamento nacional de informações penitenciárias Atualização – Junho 2016 / organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al]. – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

JUNIOR, Nelson Nery. Disponível em: www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=630. Acesso em: 07 mar. 2019.

Jus Brasil. Disponível em: https://rafael.jusbrasil.com.br/artigos/667516186/associacao-de-protecao-e-assistencia-aos-condenados-apac?ref=news_feed. Acesso em: 10 abr 2019.

LEI DA EXECUÇÃO PENAL. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84>. Acesso em: 18 abr. 2019.

Livro – APAC: Humanização do sistema prisional. Disponível em: https://issuu.com/avsibrasil/docs/publicacao_apac_final_2018/59. acesso em: 09 abr 2019.

MACHADO, V.G. **Análise sobre a crise do sistema penitenciário e os reflexos do fracasso da pena de prisão.** 2013. Disponível em: http://www.derechoycambiosocial.com/revista033/a_crise_do_sistema_penitenciario.pdf. Acesso em 06 abr. 2019.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OTTOBONI, Mario. **Vamos matar o criminoso.** Paulinas Editora, 2001.

OTTOBONI, Mario. **Somos todos recuperandos.** APAC, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 98, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 135, 244, 247

C

Cinema 244, 245, 247, 248, 249, 250

Codificação do direito 157, 159

Crianças 98, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 133, 134, 143

Criminalidade 1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 66, 127

Criminologia 42, 45, 46, 47, 49, 52, 85, 124, 145

D

Direito 1, 2, 3, 4, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 50, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 66, 68, 71, 72, 79, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 104, 105, 109, 110, 120, 121, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 137, 138, 139, 140, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 199, 200, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251

Direito civil 33, 39, 40, 41, 92, 157, 158, 159, 164, 168, 174, 179, 180, 183, 251

Direito penal 50, 55, 66, 86, 90, 126, 130, 138, 139, 152, 153, 178

E

Efetividade 60, 220, 228

Ensino 42, 125, 147, 199, 228, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251

Estupro de vulnerável 119, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139

Experiência extensionista 244, 245

G

Gestação 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 180, 240

I

Ideologia 42, 51, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 249

Idosos 92, 93, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104

J

Justiça restaurativa 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

M

Mediação 81, 85, 101, 102, 103, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203

N

Núcleo de prática jurídica 233, 237

P

Poder investigatório 54

Procriação 152, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 177, 180

R

Responsabilidade civil do estado 25, 27, 29

S

Seletividade racial 42, 44, 47, 49, 50, 51

Sistema de segurança pública 1, 2, 7, 14, 15, 17, 21, 22

Sucessão 184, 190

U

União estável 169, 171, 173, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 239, 240


V


Violência 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 19, 20, 26, 33, 34, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 66, 67, 68, 74, 82, 86, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 135, 138, 152, 153, 154, 155, 179

A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 4

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br



A (não) efetividade das ciências jurídicas no Brasil 4

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

